

A “refundação” da APEESP: os anos de 2007 a 2012

Adrián Fanjul (USP)

Fernanda Castelano Rodrigues (UFSCar)

Ivan Martin (UNIFESP)

Marcos Maurício Alves da Silva (ESPM)

Neste texto, tentamos fazer um resumo do que foi a atuação da APEESP desde o final de 2006. Acreditamos que muitas das posições da associação tomadas desde aquela época se mantêm até os dias de hoje, já na quarta diretoria eleita desde então.

Assim que a primeira das diretorias assumiu a Associação, em dezembro de 2006, percebemos que seriam necessárias mudanças radicais para que a APEESP pudesse voltar a ter o respeito que um dia teve e pudesse recuperar o papel de representante legítimo dos professores de nosso Estado. Tivemos que encaminhar diversas mudanças: cancelamos contratos que oneravam a Associação, refizemos contratos em outras bases, e, principalmente, começamos a construir uma nova cultura da Associação.

Nosso principal objetivo era fazer que a APEESP voltasse a ser um espaço de discussão política, acadêmica e profissional dos professores da nossa área.

A reestruturação que nos propusemos a encaminhar tinha no horizonte a autonomia e a independência da Associação. E isso incluía, necessariamente, a não submissão a órgãos estrangeiros ou nacionais, a não aceitação de “presentinhos” (OU SERIAM ESPEJITOS) em troca de divulgação de ideias ou produtos.

Como dissemos era necessário uma ruptura e, na época, foi necessário mostrar, tanto para os sócios da APEESP como para as demais APes do Brasil que as APes têm que andar com suas próprias pernas, isso significa pagar suas contas, as viagens que sejam necessárias, sem precisar de outros órgãos para que isso aconteça. Foi o que fizemos durante todo o tempo que estivemos na associação: não aceitamos nenhuma passagem, nenhuma estadia das que nos foram oferecidas. Quem financiou as participações da Associação nos eventos nacionais, foram os sócios da APEESP e/ou recursos obtidos por mérito junto de órgãos nacionais de fomento ao ensino e à pesquisa, pois é assim que acreditamos que uma associação tem que agir, tem que conseguir manter-se por si mesma, para que possa manter sua independência de ideias e atitudes. É muito bom ver que mudanças tão radicais à época tenham gerado a possibilidade de que um evento como o de hoje esteja patrocinado

não só pela APEESP, mas também por agências brasileiras de incentivo a pesquisa e que as editoras sejam parceiras do evento e não “donas” como muitas vezes acontecia.

Voltando a 2007, divulgamos esse posicionamento político tanto em São Paulo, como nos encontros dos quais participamos em nível nacional. E, se a princípio, elas foram taxadas por alguns como atitudes arrogantes, atualmente compreende-se e respeita-se essa postura, não só em São Paulo, mas em vários estados brasileiros. Recebemos diversos e-mails, de vários lugares, manifestando concordância com esse procedimento político e, no encontro de representantes das Associações de professores de espanhol realizado em João Pessoa, em 2008, um dos pontos da pauta, apresentado pela APEESP, propunha justamente discutir formas alternativas de financiamento das atividades das associações, que não estivessem atreladas apenas ao governo espanhol. O debate teve excelente acolhida pelos participantes e decidiu-se ali que, em médio prazo, serão pensadas novas formas de participação de todos nos congressos, de modo a diluir o peso político de uma única instituição nos congressos de professores de espanhol. Em todos os encontros posteriores a APEESP continua a pautar esse tema. Na mesma época, a APEESP participou de discussões sobre a possível criação de uma associação nacional de professores de espanhol. Nelas, defendeu que uma forma nacional de organização que nucleasse as associações, como uma federação, só seria possível com homogeneidade estatutária das associações e com garantias de autonomia e independência de financiamento.

No final de 2008, quando a segunda diretoria do período iniciou seus trabalhos, concebemos o que se transformaria no Congresso Internacional de Professores de Línguas Oficiais do MERCOSUL e no Encontro de Associações (EAPLOM) concomitante, com um duplo propósito político. Por uma parte, estabelecer laços permanentes com os educadores envolvidos na implantação do português brasileiro nos países vizinhos. Por outra, contribuir para mudar o eixo de percepção de muitas associações de outros estados acerca do espanhol no Brasil. Predominava uma figuração das instituições do governo espanhol como centralizadoras em relação à difusão da língua no país, imagem muito claramente representada em vários congressos aos quais as associações iam financiadas pela *Consejería*, e reuniões com as associações estaduais sentadas em torno do *Consejero* que ocupava, de fato, o lugar do estado nacional. Não bastava a rejeição, nossa e de muitos professores, ao neo-colonialismo: era necessário propor uma alternativa positiva de integração regional.

Mediante o CIPLOM dávamos uma expressão concreta à proposta de espanhol no Brasil para a integração latino-americana, com reciprocidade. A reciprocidade que começava a anunciar a inclusão do português na escola argentina e uruguaia, bem como todo o intenso trabalho de cooperação dos últimos dez anos entre nossos países. A organização do CIPLOM e do EAPLOM foi acompanhada de uma intensa divulgação

desses acordos e de suas consequências práticas. Fizemos ênfase, também, em demonstrar que era possível fazer um grande congresso com recursos dos nossos países, sem necessidade de aceitar o financiamento fácil do servilismo. Sabemos já do sucesso que alcançou a proposta, que hoje felizmente já não é da APEESP, mas, depois da sua segunda realização, passou a ser patrimônio e assunto de um amplo grupo de instituições.

No mesmo período, no dia 4 de agosto de 2009, a notícia intitulada “Acordo vai permitir a difusão do idioma nas escolas públicas”, divulgada pela Agência Brasil, informava que, naquela mesma data, havia sido firmada uma *Carta de Intenções* entre o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Cervantes (IC). O texto afirmava que esse centro de ensino, com sede na Espanha e filiais no Brasil, seria responsável “por formar professores brasileiros e tornar disponíveis recursos didáticos e técnicos para o ensino do espanhol nas escolas públicas”. Como dissemos em uma carta ao MEC, corria-se o risco de que “a disciplina Língua Espanhola, em vez de integrar-se como uma a mais no currículo, se transformasse em um pacote informático elaborado fora do sistema educativo”. A indignação gerada pela publicação da referida notícia produziu reações imediatas. Em todas elas, a diretoria da APEESP daquele momento, assim como ex-diretores e alguns de seus associados, participaram ativamente: a criação de um grupo de discussão virtual (Yahoo Grupos: [eledobrasil](http://eledobrasil.com)) e um blog (espanholdobrasil.wordpress.com); a realização, na primeira semana de aulas do segundo semestre de 2009, de uma *Semana de Debates sobre a Implantação do Espanhol*, ação conjunta que teve lugar em diversas universidades brasileiras; o envio de cartas e de um abaixo assinado ao MEC e; finalmente, a constituição da COPESBRA – *Comissão Permanente para o Acompanhamento da Implantação do Espanhol no Sistema Educativo Brasileiro*.

A COPESBRA foi formada, em seu primeiro momento, com representantes de associações de professores, pesquisadores e de universidades públicas de 13 estados do país. Entre os membros fundadores da Comissão, estavam as professoras doutoras Neide T. M. González e Mônica F. Mayrink O’Kuinghttons, representando a APEESP, e Fernanda Castelano Rodrigues, no tempo representando a ABH.

Foi um movimento que mudou o mapa do espanhol no Brasil, e no qual nossa associação teve um papel importante. Nossa segunda carta ao MEC foi adotada, com adaptações, como abaixo-assinado nacional, com mais de 1.000 assinaturas. A existência da COPESBRA possibilitou a criação de uma rede constituída por professores de espanhol de diferentes níveis de ensino e de praticamente todos os Estados brasileiros. Esta rede, mesmo depois do desaparecimento da comissão, continua em contato e, de muitas formas, ainda acompanha a situação do espanhol no sistema educativo brasileiro. Uma dessas formas de articulação é o fórum de discussão Eledobrasil, criado também em 2009, no qual participamos como moderadores e que hoje tem 540 associados. Além disso, o

blog, aberto na mesma época, tem hoje mais de 113.000 visualizações o que demonstra como o tema da implementação do espanhol nas escolas brasileiras e suas consequências continuam interessando a um grande público. As duas primeiras formas de articulação geraram hoje outras duas: uma página no Facebook (Espanhol do Brasil) e o Twitter (@eledobrasil).

Também entre 2009 e 2010 enfrentamos uma nova luta: a tentativa de terceirização das disciplinas de línguas estrangeiras pelo governo paulista, projeto que foi finalmente abandonado. Já em 2008, a Resolução 76 da SEE tinha estabelecido, de fato, o inglês como única língua estrangeira curricular. E o Decreto Nº 54.758, assinado pelo governador de São Paulo em 10 de setembro de 2009, ensejava a terceirização do ensino de línguas na escola regular, para a qual chegou a haver processos de licitação. Não apenas o projeto atentava contra o papel das línguas na formação cidadã, mas dava lugar a lucros suspeitos, já que as bases da licitação propunham valores que, segundo nosso cálculos, fariam com que o Estado gastasse por hora aula 4 vezes mais do que recebia um professor.

Iniciamos, a respeito, um forte movimento, em unidade com as associações de professores de francês, italiano, inglês e alemão, que culminou em um debate público na Assembléia Legislativa, promovido pela Comissão de Educação. O evento, realizado em 10 de março de 2010, alcançou sucesso quantitativo e qualitativo. O auditório ficou lotado por professores e estudantes das mais diversas procedências: de alunos de escola a professores aposentados, docentes dos Centros de Línguas e de todas as universidades públicas do estado.

Também em 2010, visando um maior intercâmbio com o interior, organizamos em conjunto com a UFSCar um evento que passaria na ser permanente: a I Jornada UFSCar – APEESP para professores de espanhol, que vem sendo realizada a cada ano. Havia já um antecedente de uma jornada em Franca, realizada em 2008.

Em 2011 e 2012, realizamos três Jornadas Pedagógicas APEESP, com os temas “O Ensino de Espanhol na Rede Pública: Relatos de Experiências”; “O Ensino de Espanhol na Educação Básica: Literatura e Leitura na Sala de Aula”; e “Educação Básica: A Tecnologia em Sala de Aula”, em que convocávamos professores da educação básica a fazer uma apresentação sobre os temas e a discuti-los, com a intenção de aproximar as discussões da associação do dia-a-dia dos professores.

Também durante esses anos, o diálogo, muitas vezes polêmico, com a Secretaria de Educação do Estado, deu continuidade à reivindicação de concurso público para a disciplina e de uma implantação adequada na grade curricular das escolas. Mantivemos, ainda, a proposta de instrumentar a formação continuada em interação com as universidades públicas do estado. Assim, em 2011 deu início o ciclo de videoconferências da Área de Espanhol da USP em parceria com a SEE, e, em 2013, pela primeira vez em muitos anos,

o conjunto das orientações técnicas para professores do estado foram organizadas pela APEESP em colaboração com professores de diversas universidades.

Em 2012 voltou a estar em pauta, nas reuniões de representantes das associações de professores de espanhol, a possibilidade de formação de uma federação nacional. Nossas assembleias têm deliberado, de modo geral, por princípios de proporcionalidade e de mínima homogeneidade entre as associações participantes quanto a sua composição e estatutos.

Para terminar lembremos que esse relato refere-se aos anos do que chamamos de refundação da APEESP, mas isso não quer dizer que ela não existiu de maneira muito combativa antes de nós. Mario Gonzalez, muitas vezes nos disse para olhar a história da Associação, que víssemos o que já havia sido feito, que não precisamos tomar “novas medidas”, pois muitas delas já haviam sido tomadas e discutidas antes. Vale então terminar com uma parte da ata da reunião da APEESP de 7 de novembro de 1997 (a pouco mais de 16 anos) que mostra como as últimas diretorias da APEESP parecem manter, embora com as divergências de qualquer democracia, uma postura ética com os princípios que a APEESP tem de sua fundação. O início da ata da assembleia diz:

“A Associação de Professores de Espanhol do Estado de São Paulo não é contrária à criação de uma federação brasileira das Associações de Professores de Espanhol dos diversos estados, porém entende tratar-se de uma etapa que só deve ser atingida a partir de instâncias que estabeleçam garantias para que a federação constitua um efetivo avanço na vida dessas associações.

Neste momento, a importância do Mercosul como fator de integração dos países nele reunidos faz com que o ensino do espanhol adquira uma dimensão extraordinária e que, assim sendo, as Associações de Professores de Espanhol sejam um espaço privilegiado para o seu desenvolvimento.

Por isso, tanto os professores quanto as diversas associações vêm-se hoje submetidos a um desacostumado assédio, na medida em que passaram a ser agentes de um processo que envolve interesses de todo tipo, tanto políticos como econômicos e culturais.

É necessário, portanto, que as associações procurem, mais do que nunca, agir à margem de interesses alheios aos do conjunto dos professores que as integram. Isso impõe a necessidade de refletir, no intuito de que quaisquer passos que venham a ser dados obedeçam às diretrizes que emanem desse conjunto. Não parece conveniente que se ceda simplesmente a pressões externas cujos verdadeiros alvos possam não ser os que convêm a cada uma das Associações de Professores de Espanhol nem ao melhor desenvolvimento do ensino do espanhol no Brasil.”

Os tempos mudaram, as políticas públicas na região já não estão, como naquele tempo, sob a hegemonia de um neo-liberalismo que obrigava a assumir atitudes defensivas. América do Sul produziu realizações concretas na integração regional e na redução das desigualdades sociais, e isso foi propiciando, para o ensino de espanhol no Brasil,

bem como do português nos países vizinhos, possibilidades de identificação com esses objetivos, visões de integração e de formação cidadã hoje muito mais arraigadas no professorado.

Neste sentido, muito nos orgulha dizer aqui que dois dos autores deste texto: Fernanda Castelano Rodrigues e Ivan Martin não estão presentes neste evento porque estão participando do programa “Mais Médicos” no ensino de português para profissionais hispano falantes.

Estamos tentando manter a trajetória da APEESP da melhor maneira possível e isso só será possível com a ajuda dos professores de espanhol do Estado de São Paulo. Ajudem a manter uma APEESP sempre forte e combativa.

Juntos somos fortes.